

CRÔNICA

José Manuel Diogo • jmd@portugalbrasil200anos.org

UE, Mercosul, Brasília e Lisboa no mapa cultural

Durante décadas, a cultura foi tratada como ornamento diplomático: simpática, identitária, mas lateral à economia dura. O acordo entre a União Europeia e o Mercosul muda esse paradigma — e cria uma oportunidade histórica para que Brasília e Lisboa assumam um papel que até agora ninguém ousou desenhar com clareza: o de capitais estratégicas da indústria cultural transatlântica.

O tratado não fala apenas de tarifas ou de commodities. Ele estabelece um novo regime de circulação de bens simbólicos, serviços criativos, direitos autorais e contratação pública internacional. Em linguagem simples: transforma cultura em infraestrutura económica regulada. E toda infraestrutura precisa de centros de decisão.

Brasília, frequentemente acusada de distância cultural, pode converter essa crítica em vantagem. Como capital política, não compete com polos criativos regionais; coordena-os. Num cenário em que direitos de propriedade intelectual ganham previsibilidade, serviços digitais se integram e pequenas e médias empresas criativas passam a operar além-fronteiras, o papel do Estado deixa de ser apenas financiador episódico e passa a ser arquitetador de mercado. Cabe a Brasília desenhar políticas

públicas que façam da cultura um setor exportador estruturado — com regras, métricas e ambição internacional.

Lisboa, por sua vez, ocupa uma posição singular: é simultaneamente capital europeia, cidade atlântica e ponto de interseção histórica com a América do Sul e África. Num acordo que protege indicações geográficas, valoriza património imaterial e abre contratação pública a empresas criativas, Lisboa pode tornar-se o hub europeu da cultura de língua portuguesa, articulando editoras, produtoras, plataformas digitais e projetos curatoriais com acesso direto aos dois blocos econômicos.

A verdadeira revolução, porém, não está na soma das capacidades, mas na sua coordenação. Brasília e Lisboa podem funcionar como duas cabeças de um mesmo sistema: uma define políticas, regula fluxos e garante escala; a



outra traduz, distribui e conecta. Juntas, podem liderar um ecossistema que vai da literatura ao audiovisual, do design à arquitetura, da curadoria cultural às indústrias digitais.

Há, também, um efeito político menos visível, mas decisivo. Ao integrar cultura e acordos comerciais, o tratado desloca o debate do campo da identidade abstrata para o da soberania simbólica concreta. Quem controla os fluxos culturais controla narrativas, referências e imaginários. Num mundo fragmentado, isso é poder.

Se Brasília insistir em tratar cultura como despesa e Lisboa como herança, perderemos uma janela rara. Se, ao contrário, ambas compreenderem que o acordo UE-Mercosul legitima a cultura como setor estratégico, poderão liderar um modelo inovador: diplomacia cultural com base económica, soft power com lastro jurídico e criação com escala internacional.

O futuro da indústria cultural não será decidido apenas

por criadores — será decidido por capitais que saibam organizar o seu talento. Brasília e Lisboa têm, agora, a oportunidade de provar que cultura não é adereço da política externa, mas uma das suas ferramentas mais eficazes.

Há, ainda, um dado decisivo: o tempo. A indústria cultural global está a ser reorganizada agora, sob pressão da inteligência artificial, das plataformas e da concentração de distribuição. Quem não ocupar rapidamente um lugar institucional nesse redesenho será apenas fornecedor periférico de conteúdos. Brasília e Lisboa não precisam inventar talento — ele já existe. Precisam criar regra, escala e coordenação. Se falharem, outros centros decidirão por elas o valor, o preço e o sentido da cultura que produzimos.

José Manuel Diogo é escritor e curador. Presidente da Associação Portugal Brasil 200, ele é fundador da Casa da Cidadania da Língua